

CONCEPÇÕES POLÍTICAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Samara Martins da Silva¹
Luiz Roberto Augusto Noro²

RESUMO

A formação de consciência social, crítica e autônoma configura-se como uma das atribuições fundamentais da universidade em seu compromisso na construção de uma sociedade fundada na justiça social e na ciência. O presente estudo buscou identificar a concepção política de estudantes da educação superior e relacioná-la com suas características socioeconômicas, culturais e acadêmicas, por meio de questionário estruturado. O estudo analisou as respostas de 290 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino, religiosos, egressos de escolas de Ensino Médio públicas, "não-cotistas", brancos, com pouca participação em partidos políticos e no movimento estudantil. No geral, os estudantes demonstraram uma visão progressista, com sensibilidade às questões de valorização do papel do Estado, justiça e equidade social. Há traços de intolerância e discriminação entre os religiosos, e ideias privatizantes e contrárias às cotas entre os homens, os religiosos, os não cotistas e os alunos que cursaram o Ensino Médio em escolas privadas. Apesar das evidências do estudo de egressos da universidade com perspectiva de mudanças positivas nas relações sociais, o atual contexto vivenciado no país, envolvido com a perda de direitos e privatização do Estado, deve estimular lutas nesses grupos pela manutenção da democracia e de prerrogativas constitucionais.

Palavras-chave: Formação de conceito; política; educação superior.

POLITICAL CONCEPTIONS OF STUDENTS IN SUPERIOR EDUCATION

ABSTRACT

The formation of social, critical and autonomous conscience is one of the fundamental attributions of the University in its commitment to building a society founded on social justice and science. The present study aimed to identify the political conception of higher education students and relate it to their socioeconomic, cultural and academic characteristics, through a structured questionnaire. The study analyzed the responses of 290 students, most of them female, religious, former high school students, "non-quota", white, with little participation in political parties and the student movement. Overall, students demonstrated a progressive view, sensitive to issues of appreciation of the role of the state, justice and social equity. There are traces of intolerance and discrimination between religious and privatizing ideas and contrary to quotas between men, religious, non-quota students and students who attended high school in private schools. Despite the evidence from the study of university graduates with the prospect of positive changes in social relations, the current context experienced in the country, involved with the loss of rights and privatization of the state, should stimulate struggles in these groups for the maintenance of democracy and constitutional prerogatives.

Keywords: Concept formation; policy; education higher.

Submetido em: 20/10/2019

Aceito em: 20/11/2019

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal/RN, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4783185867790463>. <https://orcid.org/0009-0001-6111-8569>

² Autor correspondente: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Av. Salgado Filho, 1787, Lagoa Nova. CEP 59.056-000. Natal/RN, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2335211528795775>. <https://orcid.org/0000-0001-8244-0154>. luiz_noro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A formação de consciência social, crítica e autônoma configura-se como uma das atribuições fundamentais da Universidade em seu compromisso na construção de uma sociedade fundada na justiça social e na ciência. Com base nisso, pretende-se desenvolver práticas que promovam a cidadania, que estimulem nos estudantes uma reflexão crítica sobre a atuação na sociedade e fortaleçam o potencial da sua prática profissional para a transformação social (PAULA, 2012).

Estudos apontam que as diferentes formas como os jovens se inserem na vida universitária são fatores que influenciam os tipos de visão social que eles desenvolvem (NUNES; CAMINO, 2011). Para Oliveira e Carvalho (2007) o tipo de conhecimento que cada pessoa possui da realidade determina a sua postura transformadora, provando, assim, a necessidade e importância da formação política de estudantes universitários.

A consciência política vincula-se à participação na medida em que o sujeito percebe seu potencial de ação transformadora em um determinado contexto político (PALASSI; MARTINS, 2016). A consciência, por sua vez, é um conceito psicossociológico, na qual os indivíduos vivem um processo contínuo de elaboração de visões de mundo, atribuindo significados aos acontecimentos diários. Essa consciência é determinada pelo ambiente em que o indivíduo está inserido desde que nasce, onde a interação na vida diária define sua conduta social (SANDOVAL, 2001).

Nunes e Camino (2011) admitem que grande parte dos indivíduos determina suas crenças políticas e atitudes por uma ideologia mais geral, na qual os símbolos sociais estão vinculados às crenças adotadas pelos grupos nos quais estão inseridos. Para Sousa (2011), a concepção marxista considera a divisão da sociedade entre classes sociais antagônicas como determinante para a definição da superestrutura e da ideologia, a qual, segundo Marx, deve ser despertada entre aqueles que pertencem à classe trabalhadora.

A formação integral também precisa contemplar a construção e a afirmação de valores necessários à atuação do estudante como cidadão (VIEIRA; PIMENTA, 2012), para que, dessa forma, ele seja capaz de intervir na realidade para além da perspectiva técnica, gerando autonomia e humanização (CORTELLA, 2009).

Estudos internacionais demonstram a ligação entre o Ensino Superior e melhorias no estado de direito e da existência de direitos políticos (KELLER, 2006); o impacto sobre a estabilidade política na África e a maior proporção de mulheres parlamentares (GYIMAH-BREMPOG, 2006); a formação de atitudes positivas e normas sociais sobre atitudes em relação à democracia (MATTES; MOZAFFAR, 2011), entre outros.

Segundo Dias Sobrinho (2010), é essencial desenvolver um sistema educativo comprometido com a justiça social, buscando diminuir os preconceitos e a marginalização social, para que possa, efetivamente, estar coerente com os princípios de bem público e da equidade. É de se esperar, portanto, que a educação superior não se restrinja à formação para o mercado fundamentada em tecnologias de ponta, essencial para a manutenção de interesses representados pelo sistema financeiro internacional.

Sandoval (2001) dimensiona em sete quesitos o modelo analítico para o estudo da consciência política, levando em consideração as atitudes individuais, relacionando-as ao

contexto em que essas atitudes emergiram. A "Identidade Coletiva" caracteriza como os indivíduos estabelecem uma identificação de interesses e sentimentos de solidariedade, os quais permitem o estabelecimento de sentimentos de unidade, continuidade e coerência; as "Crenças e Valores Societais" permitem um processo de internalização das instituições, das crenças, da cultura e dos valores construídos socialmente, levando respostas aos conflitos e impasses da vida em sociedade; a "Identificação de Adversários e Interesses Antagônicos" diz respeito à relação estabelecida entre sujeito e estrutura social, que põe em evidência os dissensos que constituem a sociedade e nas relações dentro da mesma; a "Eficácia Política" conduz aos sentimentos individuais de capacidade de intervenção, e depende das interpretações das pessoas em relação às causas dos eventos sociais; os "Sentimentos de Justiça e Injustiça", onde justiça social é a expressão do sentimento de reciprocidade entre obrigações e recompensas, e a quebra dessa reciprocidade produzindo injustiça; a "Vontade de Agir Coletivamente" visa à predisposição individual para a participação coletiva, no intuito de corrigir injustiças; as "Metas de Ação Coletiva" dizem respeito à correspondência entre os objetivos da ação e os sentimentos de injustiça, eficácia política e interesses do indivíduo (SANDOVAL, 2001).

O objetivo do presente estudo foi identificar quais as opiniões dos estudantes acerca de temas relacionados aos aspectos políticos e educacionais e ao conjunto de crenças e valores sobre assuntos relevantes à formação acadêmica, relacionando essas opiniões com suas características socioeconômicas, culturais e acadêmicas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo com desenho transversal, realizado por meio de questionário estruturado, o qual buscou identificar o perfil político de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A amostra foi composta por estudantes das seguintes áreas de conhecimento: Ciências Sociais e Humanas (Serviço Social e Direito), Tecnológicas (Engenharia Civil e Arquitetura) e Saúde (Odontologia e Enfermagem). Foram incluídos no estudo os alunos ingressantes (1º período) no semestre 2017.1, assim como os alunos que cursavam o quinto período nesse mesmo ano, com a exclusão dos alunos que já haviam feito alguma Graduação anterior e os que estavam em outros períodos do curso.

A aplicação do questionário foi realizada presencialmente pela pesquisadora responsável em sala de aula, a partir de contato prévio com os professores dos componentes curriculares nos quais estavam matriculados os alunos. Essa identificação ocorreu preliminarmente, por meio das coordenações dos cursos selecionados, que assinaram carta de anuência, demonstrando o aceite institucional no desenvolvimento da pesquisa. Os objetivos da pesquisa foram esclarecidos aos sujeitos previamente à aplicação dos questionários, sendo explicados os motivos da pesquisa e o caráter voluntário da participação. Os estudantes que concordaram em participar assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com vistas a permitir uma decisão autônoma e considerando os princípios éticos da pesquisa.

O questionário era composto por um campo destinado a identificar as características socioeconômicas, culturais e acadêmicas dos participantes e dez questões

referentes à identificação das concepções políticas, educacionais e do pensamento, além do conjunto de crenças e valores de cada participante.

As variáveis dependentes procuraram identificar as concepções relacionadas à formação da consciência política e de cidadania dos estudantes, enfocando temas relevantes e polêmicos da conjuntura do país no ano de 2017. Buscou constatar a visão que os estudantes possuíam sobre o sistema político e econômico vigente, os recortes sociais das políticas públicas implantadas e a concepção sobre direitos profissionais e trabalhistas. Por meio das dez perguntas, o questionário buscou, também, apresentar quais os valores e ideias dos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre a situação da saúde pública e suas soluções, sobre a desigualdade entre negros e brancos no Brasil (com destaque para a discussão sobre cotas sociais e raciais), e sobre o papel social das mulheres e pessoas de baixa renda.

As variáveis independentes do estudo foram relativas aos aspectos socioeconômicos, culturais e acadêmicos dos participantes da pesquisa.

Para a análise dos resultados, foi construído um banco de dados mediante a utilização do programa Excel, da suíte Microsoft Office e o *software* Stata, versão 16. Num primeiro momento, foi realizada a análise descritiva dos dados, a partir das frequências das variáveis independentes, para se ter uma ideia das principais características socioeconômicas e culturais da amostra estudada. Em seguida, foi apurada a relação dessas variáveis com as variáveis dependentes, buscando associações entre as diversas situações propostas. Para análise dos dados, foi realizado teste não paramétrico (Qui-quadrado), com o objetivo de verificar as possíveis diferenças estatisticamente significativas, considerando-se, para isso, o valor de $p < 0,5$.

Visando o cumprimento dos requisitos previstos na Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa com seres humanos, o estudo foi norteado, sobretudo, pelos princípios éticos da pesquisa. Para isso, o projeto de pesquisa foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com CAEE número 62015616.5.0000.5537, e aprovado por meio do parecer 1.881.595. Todos os alunos que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como forma de preservar o sigilo e a garantia do uso dos dados obtidos exclusivamente para os fins da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo analisou as respostas de 290 estudantes, sendo 58 de Odontologia, 56 de Enfermagem, 79 de Direito, 52 do Serviço Social, 30 de Arquitetura e 15 de Engenharia Civil. Do total de estudantes, 54,5% eram ingressantes e 45,5% cursavam o quinto período do seu respectivo curso. Optou-se por esses cursos na intenção de abranger as três grandes áreas de conhecimento – Ciências Sociais e Humanas, Ciências Tecnológicas e Ciências da Saúde –, por apresentarem características específicas em sua abordagem formativa, o que foi importante para a abrangência pretendida pelo estudo.

Os dados relativos às principais características dos alunos que participaram do estudo encontram-se disponibilizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Total e porcentagem das principais características dos alunos dos cursos da amostra pesquisada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017

Características	Total	%
Gênero		
Feminino	198	68,3
Masculino	92	31,7
Faixa etária		
16 a 21 anos	157	73,1
22 a 46 anos	55	26,9
Cor da pele/raça		
Preta	27	9,3
Branca	134	46,2
Parda	123	42,4
Indígena	2	0,7
Amarela	4	1,4
Religião		
Católica	132	47,6
Evangélica	57	20,5
Judeu	1	0,4
Espírita	14	5,1
Nenhuma	73	26,4
Participação partidos políticos		
Sim	19	6,6
Não	271	93,4
Participação movimento estudantil		
Sim	36	12,4
Não	254	87,6
Cotista		
Sim	129	45,5
Não	154	54,5
Conclusão Ensino Médio		
Escola pública	141	49,5
Escola privada	122	42,8
Escola pública/privada	16	5,6
Escola privada/bolsa	6	2,1

Fonte: Autores, 2017.

Responderam ao questionário 198 mulheres (68,3%) e 92 homens (31,7%), coerente com a maior proporção de mulheres em relação aos homens, sinalizada em estudos relativos à ocupação de vagas na Educação Superior (RICOLDI; ARTES, 2016; EIRAS *et al.*, 2016). Em relação à faixa etária, quase três quartos da amostra do estudo tinham entre 16 e 21 anos de idade, indicando o ambiente universitário prevalentemente composto por adultos jovens.

Em relação à religião, a católica foi a mais frequente (47,6%), ao passo que 26,4% declararam não serem praticantes de nenhuma religião. Destaca-se, ainda, que dos 290 participantes da pesquisa, 271 (93,4%) nunca participaram de partidos políticos, e 254 (87,6%) não tiveram nenhuma atuação no movimento estudantil.

Quase metade dos entrevistados (45,5%) é cotista, e 49,5% estudaram exclusivamente em escola pública no Ensino Médio. Segundo Sousa, Bardagi e Nunes (2013), a Lei N. 3.524 (2000) reserva 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, ao

passo que a Lei N. 3.708 (2001) reserva 40% das vagas para alunos que se declararem "negros" ou "pardos". Dos cotistas, 100% são advindos das escolas públicas, enquanto que, entre os não cotistas, 87,5% cursaram, em algum momento, escola privada. A associação entre cotas e cor de pele e tipo de escola cursada pelos alunos no Ensino Médio é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Associação entre cotas e cor da pele/raça tipo de escola durante Ensino Médio de alunos dos cursos da amostra pesquisada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017

Variável	Não cotista		Cotista		p	OR
	n	%	n	%		
Ensino médio						
Escola privada	119	100	0	0	<0,001	8,118 (5,20-12,67)
Escola pública	17	12,3	121	87,7		
Cor da pele/raça						
Branca/Amarela	89	66,4	45	33,6	<0,001	2,556 (1,57-4,14)
Preta/Parda/Indígena	65	43,6	84	56,4		
Cor da pele/raça						
Branca/Amarela/Parda	114	56,7	110	43,3	0,038	2,487 (1,11-5,56)
Preta/Indígena	10	34,5	19	65,5		

Fonte: Autores, 2017.

Estudo realizado por Ristoff (2014) demonstrou que o percentual de estudantes da educação superior com origem na escola pública, em algumas universidades federais, ainda continuava com percentuais abaixo de 30%, apesar de 87% do total de egressos do Ensino Médio terem concluído sua formação na rede pública.

No presente estudo, aproximadamente 54% das vagas dos cursos pesquisados são preenchidas por alunos que cursaram o Ensino Médio na rede pública. Daqueles advindos da escola pública, 87,7% ocupam vagas como cotistas, enquanto apenas 12,3% dos que estudaram o Ensino Médio em escola pública ingressaram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ampla concorrência.

Quanto à autodeclaração de cor, 149 estudantes se consideraram preto, pardo ou indígena (52,6%), e 134 se autodeclararam brancos ou amarelos (47,4%); porém, dos 121 cotistas, apenas 19 (15,7%) se declararam pretos ou indígenas, contradizendo o senso comum de que a maioria dos cotistas é da cor preta.

Buscando a construção do perfil político dos estudantes, foram analisadas as dez respostas referentes às visões que estes discentes possuem sobre o sistema político e econômico vigente, as políticas públicas de governo existentes e os seus recortes sociais, bem como as decisões políticas no país.

A Tabela 3, a seguir, apresenta as frequências gerais das respostas dos estudantes sobre todos os temas perguntados no instrumento de pesquisa.

Tabela 3 – Porcentagem da opinião dos alunos dos cursos em relação às perguntas formuladas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017

Perguntas	A favor	Contra
Casamento entre pessoas do mesmo sexo	84	16
Tarefa da mulher de cuidar dos filhos e da casa	4	96
Redução da maioria penal para 16 anos	27	73
Posse e compra de armas para cidadãos maiores de 21 anos	18	82
Cotas raciais nos institutos federais e universidades públicas	73	27
Privatização da Pós-Graduação das universidades públicas	3	97
Privatização da Petrobras	10	90
Direito à saúde pública somente para pobres	9	91
Aumento de impostos para educação, saúde e segurança	22	78
Bolsas para famílias de baixa renda	92	8

Fonte: Autores, 2017.

Entre os achados do presente estudo, constatou-se que 83,7% dos estudantes entrevistados se colocaram a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, demonstrando uma maior aceitação aos novos modelos familiares e de orientações sexuais, visto que a resistência ao casamento dessas pessoas configura um impedimento para o exercício pleno da cidadania (LOREA, 2006).

Nas últimas décadas, caminhando para um processo de superação do preconceito e da discriminação, inúmeras pessoas passaram a viver plenamente a sua orientação sexual e, como desdobramento, assumiram publicamente suas relações homoafetivas (BARROSO, 2011). Segundo Mott (2006), a aceitação social e o reconhecimento jurídico desse fato são relativamente recentes, e já é uma realidade em países como Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia, Alemanha, Canadá, EUA e Argentina. Essa aceitação, no entanto, ainda traz consigo incertezas acerca do modo de como lidar com o tema e sobre a estabilidade, confiabilidade ou aptidões sociais e vocacionais de homossexuais de ambos os sexos (MOTT, 2006). Segundo Sacramento e Ferreira (2019), apesar dos avanços do respeito à diversidade sexual nas últimas duas décadas, o Estado brasileiro tem se afastado de sua perspectiva laica, colocando-se a serviço de dogmas religiosos pautados pela discriminação das identidades LGBT.

Com esse mesmo raciocínio, enfatizado por Jablonski (2010) de que a atual família nuclear urbana e a instituição do casamento passam por momentos de transição, 95,8% dos entrevistados não consideram como tarefa da mulher cuidar dos filhos e da casa, da forma como foi convencionado e conservado desde o século 18. Nesse modelo, o pai sai para trabalhar e a mulher fica em casa, dedicada ao lar e aos filhos, desempenhando um papel "delegado por Deus" de ser boa mãe e esposa (FOLLADOR, 2009). Uma reflexão a se fazer acerca dessa questão é que, apesar de majoritariamente os estudantes dessa pesquisa se colocarem contra a divisão sexual do trabalho doméstico, pesquisas demonstram que os homens ainda não são parceiros nas responsabilidades domésticas, havendo uma distância considerável entre o discurso e a prática em relação à divisão de tarefas (JABLONSKI, 2010).

Entre os entrevistados, 73,4% posicionaram-se contra a redução da maioria penal para 16 anos, o que demonstra que, para essas pessoas, pode haver outra solução

para a diminuição da marginalidade e violência que não passa pelo sistema carcerário. Diferentes pesquisas, contudo, apontam que a maior parte da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal (VIDIGAL, 2015). Em contraposição, estudiosos e pesquisadores do Direito lamentam esse fato, e argumentam que o determinante para a causalidade da violência ou da ação criminosa não é a idade, mas a concentração de riqueza e a desigualdade social (ANDRADE *et al.*, 2017). Fato relevante no estudo é que 84,8% dos estudantes do curso de Direito são contra a redução da idade penal.

Os estudantes em geral sinalizaram tendência às ideias mais pacifistas e contrárias à violência, uma vez que 82,3% deles se declararam contra a compra e posse de armas para maiores de 21 anos. Esse dado, no entanto, contraria o resultado do plebiscito realizado em 2005 no Brasil, no qual a maioria dos brasileiros votou “não” à proibição da comercialização de armas de fogo e munição (CARVALHO; ESPÍNDULA, 2016). Em consonância com a opinião dos estudantes da pesquisa, os argumentos propagados contra a compra e posse de armas estavam relacionadas a que elas trariam maior predisposição à violência e cumpririam o papel de multiplicadoras dos efeitos da violência (KEINERT *et al.*, 2007).

Quanto à opinião sobre a política de cotas, 73,4% dos estudantes responderam ser a favor. Vale lembrar que o sistema de cotas foi um processo que se iniciou em 1999, pela Universidade de Brasília (UnB), na qual a maioria dos alunos era de cor branca. A partir dessa discussão propôs-se, em 2003, um sistema de reserva de cotas, com a finalidade de ampliar o acesso da população negra e indígena à educação superior (SOUSA; BARDAGI; NUNES, 2013). A opinião pública sobre as ações afirmativas (cotas), como forma de introduzir a diversidade e fazer com que os grupos minoritários tenham representatividade, contudo, não é consensual, sendo considerado um dos temas denominados "socialmente sensíveis" por Ristof (2014) e Baptista (2015). Na compreensão de Araújo (2019), o espaço escolar deveria ser um ambiente ideal ao convívio das diferenças, entretanto, considerando o contexto brasileiro atual, o "diferente" é, muitas vezes, tratado de maneira constrangedora, proporcionando segregação e exclusão, o que reflete, de forma preconceituosa, à desvalorização racial.

Sobre a entrega de serviços à iniciativa privada, 96,5% foram contra a privatização da Pós-Graduação. Neste sentido, a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado, tanto na área produtiva quanto nas áreas sociais (CHAVES, 2010). Como consequência imediata, obtém-se a diminuição dos investimentos públicos em saúde e cultura, bem como em educação, incluindo a educação superior e todo o campo de produção de ciência e tecnologia (MANCEBO, 2004; MARANHÃO, 2017).

Nesse debate das privatizações, 89,8% dos estudantes se declararam contra a privatização da Petrobras. A estatal encontra-se seriamente ameaçada, juntamente com o enorme patrimônio no setor petrolífero, construído por gerações de brasileiros desde a campanha "O Petróleo é Nosso". A empresa, todavia, está sempre envolta em polêmicas diretamente ligadas à dicotomia entre nacionalismo e "entreguismo" no Brasil (RIBEIRO; NOVAES, 2014). Os defensores da privatização da Petrobras argumentam, falaciosamente, que a empresa está quebrada e endividada, que é uma empresa grande demais e que, portanto, deve ser repartida, para haver investimentos privados

(nacionais e, sobretudo, estrangeiros), tornando-se mais eficiente (MARANHÃO, 2017; RIBEIRO; NOVAES, 2014).

Quando questionados sobre a garantia de saúde pública apenas para os pobres, 90,6% dos estudantes foram contra, o que indicou que mesmo com a desvalorização do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda há, segundo Cardoso (2016), um sentimento de defesa da universalidade na saúde sem distinção de classe social, e a reafirmação da saúde, elucidada na Constituição Federal de 1988, como "direito de todos e dever do Estado", e não ações excludentes, como em modelos anteriores ao SUS (SALES *et al.*, 2016).

Na literatura, igualmente se identificou que muitos estudantes vislumbram o SUS como uma possibilidade de transformação social, ao passo que outros o consideram um sistema deficiente, com baixa possibilidade de crescimento e que atende apenas à população de baixa renda (ERDMANN *et al.*, 2009; SALES *et al.*, 2016).

Ainda que os estudantes em geral defendam uma saúde pública não apenas para os pobres, 75,5% dos entrevistados não consideram necessário aumentar os impostos, mesmo que seja para investir em saúde e educação. Percebe-se a necessidade de um sistema tributário progressivo ou proporcional, no qual os impostos aumentem proporcionalmente ao aumento da renda dos contribuintes, pois um sistema dessa natureza tende a reduzir a desigualdade entre os cidadãos (CASTRO; BUGARIN, 2017).

Nessa perspectiva de igualdade social, 92% dos estudantes da pesquisa declararam concordar com iniciativas de distribuição de renda para famílias de baixa renda, contrariando a imagem negativa alardeada pelos contrários ao Programa Bolsa Família. As críticas giraram em torno da propaganda de que "não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar"; de que o dinheiro público seria desviado por fraudes na inclusão indevida de pessoas; ou, que incentivaria a natalidade para perpetuar o benefício; bem como, geraria a acomodação para a procura de emprego (CASTRO *et al.*, 2009). Confirmando, porém, a opinião dos estudantes dessa pesquisa, a população brasileira também reconhece positivamente o Programa Bolsa Família, mesmo considerando problemas em sua execução, tendo em vista seus significativos impactos na redução da extrema pobreza (CASTRO *et al.*, 2009).

Considerando a adequação da amostra do estudo, foi possível identificar associações entre as variáveis independentes e as respostas ao questionário, uma vez que se apresentaram estatisticamente significativas, cujos resultados encontram-se disponibilizados na Tabela 4.

Tabela 4 – Associação entre respostas ao questionário e as variáveis "gênero", "ensino médio", "religião", "cotista" e "cor da pele/raça" dos alunos pesquisados no estudo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017

Variável		Favor (%)	Contra (%)	p	OR
Maioridade aos 16 anos					
Gênero	Feminino	23,9	76,1	0,154	1,130 (0,96-1,33)
	Masculino	32,6	67,4		
Religião	Sim	31,5	68,5	0,006	2,586 (1,34-5,00)
	Não	15,1	84,9		

Armas para maiores de 21 anos					
Gênero	Feminino	11,7	88,3	<0,001	1,276 (1,10-1,48)
	Masculino	30,8	69,2		
Religião	Sim	20,8	79,2	0,053	2,246 (1,04-4,85)
	Não	10,5	89,5		
Saúde pública para pobres					
Gênero	Feminino	6,1	16,3	0,011	1,122 (1,02-1,24)
	Masculino	93,9	83,7		
Cor da pele/raça	Branca/Amarela	13,0	87,0	0,065	2,350 (1,02-5,42)
	Preta/Parda/Indígena	6,0	94,0		
Cotas raciais					
Religião	Sim	68,2	31,8	0,003	2,255 (1,29-3,966)
	Não	85,9	14,1		
Cor da pele/raça	Branca/Amarela	64,0	36,0	<0,001	2,002 (1,33-3,01)
	Preta/Parda/Indígena	82,0	18,0		
Cotista	Sim	85,2	14,8	<0,001	2,454 (1,54-3,91)
	Não	63,6	36,4		
Ensino médio	Privado	60,8	39,2	<0,001	2,475 (1,59-3,86)
	Público	84,2	15,8		
Privatização da Petrobras					
Gênero	Feminino	5,7	94,3	0,001	1,172 (1,05-1,30)
	Masculino	19,6	80,4		
Ensino médio	Privado	14,2	85,8	0,040	2,682 (1,11-6,46)
	Público	5,8	94,2		
Cotista	Sim	6,3	93,7	0,067	2,365 (1,01-5,54)
	Não	13,8	86,2		
Cor da pele/raça	Branca/Amarela	13,9	86,1	0,074	-----
	Preta/Parda/Indígena	6,8	93,2		
Privatização da Pós-Graduação					
Gênero	Feminino	1	99	0,003	1,085 (1,02-1,16)
	Masculino	8,8	91,2		
Cor da pele/raça	Branca/Amarela	1,5	98,5	0,149	-----
	Preta/Parda/Indígena	5,3	94,7		
União homoafetiva					
Religião	Sim	77,3	26,7	<0,001	19,261(2,70-137,41)
	Não	98,8	1,2		

Fonte: Autores, 2017.

Quando se analisou as respostas sobre o tema casamento entre pessoas do mesmo sexo, 27,6% dos que se declararam religiosos posicionaram-se contra o casamento entre homossexuais, enquanto apenas 1,2% dos que não tem religião se colocaram contra. Isso se sustenta na afirmação de que as concepções religiosas dogmáticas, as ideologias e as doutrinas fazem parte das opiniões das pessoas (BARROSO, 2011); no entanto, os tempos estão mudando e, progressivamente, as relações homoafetivas vêm conquistando aceitação e respeito. Na medida em que crescem esses questionamentos e novas posturas éticas vêm sendo tomadas, a crise da religião na modernidade fica praticamente irreversível (CRUZ; MONTEIRO, 2016). Neste sentido, as diversas

religiões têm o direito de participar do debate público e de expressar os seus pontos de vista acerca do tema que, em alguns casos, traduz intolerância ou dificuldade de compreender o outro (o diferente, o homossexual). Na visão de Lorea (2006), contudo, o Estado brasileiro é laico e pluralista, devendo se manter distante de todas as confissões religiosas para determinar suas leis.

O dissenso sobre o debate das políticas afirmativas (cotas) pode ser percebido pelo fato de que, na presente pesquisa, 36,4% dos "não cotistas" colocaram-se contra as cotas. De igual modo, 39,2% dos estudantes que fizeram o Ensino Médio em escolas privadas declararam-se contra as cotas raciais, sendo que um percentual consideravelmente menor de estudantes advindos das escolas públicas se colocou contrários a essa pauta (15,8%). Essa polêmica esbarra nas questões socioeconômicas, e perpassa pela ideia do autointeresse do tipo competitivo. Nessa perspectiva, e com base na defesa de interesses individuais, alguns expressam um sentimento de rejeição às cotas raciais, como forma de defender a sua posição seja em empregos, escolas, universidades ou qualquer outra situação (RISTOF, 2014). Por isso, as políticas de cunho racial são mais populares entre os negros do que entre os brancos, assim como políticas de distribuição de renda são mais aceitas nos inseridos nas classes sociais mais desfavorecidas.

Entre aqueles que se colocaram contra o sistema de cotas, observa-se 36% dos brancos e amarelos e 18% dos pretos, pardos e indígenas. Os argumentos controversos sobre as cotas, confirmados pela presente pesquisa, dão conta de que seria essa política um privilégio e não um direito, tendendo a uma "discriminação ao avesso", pois favoreceria um grupo em detrimento do outro, além de contribuir para que esses grupos fossem vistos como inferiores e incapazes de conseguir realizar uma tarefa de acordo com seus próprios méritos (BAPTISTA, 2005). Para Sousa, Bardagi e Nunes (2013), o mito da "democracia racial", que nega a desigualdade entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, e afirma existir entre estes dois grupos igualdade em oportunidade e tratamento, é o que leva as pessoas a considerarem ilegítimo o sistema de cotas raciais.

Os religiosos também aparecem significativamente nesse estudo contrários ao sistema de cotas sociais/raciais (31,8%), enquanto apenas 14,1% dos que não tem religião defendem essa posição. Esse fato contraria também os princípios religiosos de justiça social e de equidade sem discriminação de gênero, cor ou classe.

Quanto ao gênero, identificou-se que há diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito à opinião sobre a redução da maioridade penal, uma vez que 32,6% dos homens e 23,9% das mulheres se colocaram favoráveis à diminuição da idade penal. A diferença de opiniões sobre esse tema é esperada, visto que a maior parte do debate é baseada em "achismos" e permeada por conceitos estabelecidos ideologicamente ou baseados em emoções (LINS; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2006). Além disso, como a mídia e grande parte da classe política tentaram passar a ideia à população de que os menores não estão sujeitos a qualquer sanção, como se não houvessem as previsões acerca do ato infracional constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ANDRADE *et al.*, 2017), é comum essa defesa por parte dos mais reativos. Para Andrade e Ferreira (2015), no entanto, não está na impunidade o problema, considerando que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. Diferentemente do esperado,

a redução da maioria penal não está associada à diminuição nos indicadores de violência, mas, pelo contrário, em média, países com limites mais reduzidos de idade penal e responsabilidade criminal são mais violentos (LINS; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2006).

Entre os defensores da redução da maioria penal destacam-se os religiosos (31,5%), ao passo que apenas 15,1% daqueles que não têm religião concordam com essa mesma visão. Este fato é contraditório com as concepções cristãs, considerando que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) constatou que os países que consideram adulto, para fins penais, pessoas com menos de 18 anos, são os que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a maioria desses países apresenta uma população bastante desfavorecida nos indicadores sociais, como é o caso do Brasil (ANDRADE *et al.*, 2017). A discrepância com a filosofia cristã está no fato de que muitas pessoas, inclusive pouco informadas, que defendem a redução, o fazem impulsionadas pelo calor dos acontecimentos, por mero casuísmo, com sede de vingança, sem ponderar sobre quais seriam as medidas mais justas e sociais para conter a criminalidade (ALBUQUERQUE, 2015).

Quanto à posse de armas, 30,8% dos homens se colocaram a favor do armamento para a população civil maior de 21 anos, na medida em que apenas 11,7% das mulheres entrevistadas se posicionaram favoráveis a essa questão. Segundo Keinert *et al.* (2007), essa proposta é mais aceitável aos homens, pois coincide com o imaginário popular da arma como um objeto tipicamente masculino, que reforça a ideia da força normalmente atribuída à masculinidade. Além disso, parte das pessoas acaba por defender a compra e posse de armas por civis, pois seria o último recurso do "cidadão de bem" diante do medo e da insegurança, para se defender na ausência do Estado, levando a uma diminuição do risco de assaltos (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016; ROSEMBERG; ARTES, 2015). O que se identificou contraditório, contudo, é que, apesar do discurso mais pacifista das religiões, são os religiosos os mais favoráveis ao armamento da população civil maior de 21 anos (20,8%), enquanto 10,5% dos que não tem religião defendem essa posição.

O debate sobre a privatização da Pós-Graduação encontrou nas mulheres a maior resistência, uma vez que 99% delas são desfavoráveis a essa política. Com esse dado, pode-se admitir que a maior preocupação das mulheres com o acesso à formação corrobora com o fato de que, atualmente, o número de mulheres que ingressam em instituições de educação superior do país ultrapassa o número de homens (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016). A maior parte dos universitários entre 18 e 24 anos de idade que frequentava o Ensino Superior era constituída por mulheres, representando 57,1% do total dos estudantes, da mesma forma que na Pós-Graduação (ROSEMBERG; ARTES, 2015).

A privatização da Petrobras foi defendida por 19,6% dos homens, enquanto entre as mulheres apenas 5,7% foram favoráveis a essa medida. Da mesma forma, dos que estudaram todo o Ensino Médio ou parte dele em escola privada, 14,2% se declararam a favor da entrega do petróleo às empresas privadas, enquanto que apenas 5,8% dos que cursaram o Ensino Médio em instituições públicas defenderam essa opinião. Nessa mesma discussão, apenas 6,3% dos cotistas se colocaram a favor da venda da empresa

estatal, enquanto 13,6% dos "não cotistas" são favoráveis a essa medida. Isso demonstra que a ideia levemente propagandeada de que a privatização melhora os serviços e diminui a corrupção tem eco maior no gênero masculino, nos estudantes de escola privada e "não cotistas". Nesse sentido, esses grupos, na percepção de Machado (2015), acabam por defender a predominância dos princípios liberais, e relegam os interesses da coletividade e da soberania nacional aos interesses individuais de lucro. Concordando, porém, com a opinião majoritária dos estudantes dessa pesquisa, a opinião pública, em sua maioria, por virtude do caráter estratégico do setor petrolífero para a economia e sociedade brasileira, também se posiciona contrariamente à privatização da Petrobras (RIBEIRO; NOVAES, 2014).

No que concerne à questão da saúde, enquanto que 16,3% dos homens consideraram que a saúde pública deveria ser apenas para os pobres, apenas 6,1% das mulheres tiveram essa mesma posição. Isso pode ser discutido à luz da ideia de que as mulheres utilizam mais os serviços de saúde e buscam continuamente as Unidades Básicas para os seus cuidados, para si e como "cuidadoras" dos filhos e da família, ao mesmo tempo que nos homens ainda há um temor pela possibilidade do não reconhecimento de sua hombridade atuando negativamente nas suas práticas de cuidados com a saúde (SILVA; MENANDRO, 2014). De igual modo, 13% dos brancos e amarelos também concordam com a ideia de que a saúde pública deve ser destinada apenas para a população pobre brasileira, talvez referendada pelo fato de que a família de 70% dos usuários do Sistema Único de Saúde é negra ou parda (CRUZ; MONTEIRO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes demonstraram uma visão progressista no que diz respeito aos novos modelos de família e da relação entre seus membros, colocando-se favoráveis ao casamento entre homossexuais, bem como a favor da quebra de parâmetros de gênero que impõem a tarefa da casa e dos filhos às mulheres. Mostraram-se sensíveis às questões sociais, considerando correta a política de bolsa para famílias de baixa renda, as de cotas raciais, como forma de equiparação social, e se declaram contrários à redução da maioridade penal, problematizando a justiça social. Em termos gerais, declararam uma consciência coletiva na visão econômica do país, pois se colocaram contra a privatização da Petrobras e da Pós-Graduação, assim como contra o aumento da carga tributária brasileira e contra a setorização da saúde apenas para os pobres. Os estudantes da pesquisa mostraram uma preocupação com a violência e em defesa de "paz social", quando se identificou o posicionamento da maioria contra a política de liberação de compra e posse de armas pela população civil.

Quando isoladas algumas variáveis, contudo, foram identificados traços de intolerância entre os religiosos nas questões relativas ao respeito à orientação sexual, ao acesso universal à saúde, à discriminação racial e de classe social nas concepções sobre políticas afirmativas. Igualmente, o sexo masculino, os "não-cotistas" e os alunos que cursaram o Ensino Médio em escolas privadas parecem trazer mais traços de intolerância ao manifestarem posicionamentos mais conservadores e privatizantes.

Os resultados encontrados apontam para uma visão política mais libertadora por parte dessa nova geração de futuros egressos da Universidade, inferindo a perspectiva de mudanças nas relações sociais de longo prazo.

De qualquer forma, não se pode distanciar do contexto brasileiro atual, que tem impulsionado parcelas significativas da população na defesa de posições discriminatórias em relação à raça e gênero, ao desmonte do Estado brasileiro em detrimento dos avanços sinalizados pelo poder público, assim como ao posicionamento contra a educação e saúde pública universais de qualidade, tanto por representantes do governo como de instituições ligadas ao mercado financeiro internacional. Essas posições exigem dos estudantes universitários e dos grupos comprometidos com a defesa da cidadania, da justiça social e da soberania nacional a necessidade da formulação de alternativas concretas na reconstrução da democracia no país.

As limitações encontradas no estudo referem-se ao fato de que não se trabalhou com todos os cursos da Universidade, nem com todos os períodos. Além disso, não houve comparação com outras universidades. Neste contexto, novos estudos que incluam outras universidades e períodos dos cursos são necessários para aprofundar o conhecimento sobre as concepções políticas dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Janice Maria Smrekar. A construção de uma nova identidade psicossocial e ético-religiosa da universitária católica recifense. *Paralellus*, v. 6, n. 12, p. 175-186, 2015.
- ANDRADE, Adriana Corrêa; DINIS, Douglas Antônio Rocha de; MAMEDE, Douglas Mariano José Amado; SILVA, Erik Barbosa da. Um olhar sobre a proposta de redução da maioridade penal e os possíveis reflexos no sistema prisional de Minas Gerais: uma análise da 3ª Região Integrada de Segurança Pública, no período 2012 a 2016. *Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 10, n. 20, p. 241-267, 2017.
- ANDRADE, Uéliton Santos; FERREIRA, Fábio Félix. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, v. 4, n. 1, p. 116-129, 2015.
- ARAÚJO, Edileuza Ferreira de. A discriminação racial e os reflexos na aprendizagem na educação infantil. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 8, n. 12, p. 138-153, 2019.
- AZEVEDO, Lúcia Rangel. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. *ECCOM*, v. 3, n. 6, p. 7-22, 2012.
- BACKES, Vanessa Ferreira; THOMAZ, Jean Rodrigo; SILVA, Fabiane Ferreira. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016.
- BAPTISTA, Gustavo Henrique de Almeida Victória; BAPTISTA, Rui Gustavo Victória. Sistema de cotas. *Synthesis Revista Digital FAPAM*, v. 6, n. 6, p. 142-149, 2015.
- BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, v. 17, p. 105-138, 2011.
- CARDOSO, Juliana Aparecida Fialho; MILAGRES, Clarice Santana; TAVARES, Bruno; SILVA, Edson Arlindo. A contribuição da saúde para o fortalecimento das redes: o avanço na gestão pública. *Revista Pensar Acadêmico*, v. 14, n. 1, p. 61-72, 2016.
- CARVALHO, Lauriston de Araújo; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, p. 446-465, 2016.
- CASTRO, Fábio Avila; BUGARIN, Maurício Soares. A progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 47, n. 2, p. 259-293, 2017.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, v. 31, n.111, p. 481-500, 2010.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 13. ed. São Paulo: Cortez; 2009. 160 p.
- CRUZ, Isabel Cristina Fonseca; MONTEIRO, Maria do Carmo Sales. *Contextualizando a saúde da população negra*. Unidade 1, Brasília: Universidade Aberta do SUS, 2016. 64 p.
- DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1.223-1.245, 2010.
- EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOREIRA, Alice Sandra Gomes; MOREIRA, Mayara Oliveira Pires; CUNHA, Adélia Cristina; NASCIMENTO, Camila Ramos; FLAUZINO, Crislaine Cristina Nascimento; ALMEIDA, Jéssica Peixoto. Mulheres, homens e suas relações assimétricas. *Multiverso*, v. 1, n. 2, p. 266-278, 2016.
- ERDMANN, Alacoque Lorenzini; RODRIGUES, Anna Carolina Ribeiro Lopes; KOERICH Magda Santos; BACKES, Dirce Stein; DRAGO, Livia Crespo; KLOCK Patrícia. O olhar dos estudantes sobre sua formação profissional para o Sistema Único de Saúde. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 22, n. 3, p. 288-94, 2009.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Revista fato&versões*, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.
- GYIMAH-BREMPONG, K.; PADDISON, O.; MITIKU, W. Higher education and economic growth in Africa. *Journal of Development Studies*, v. 42, n. 3, p. 509-529, 2006.
- JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.
- KEINERT, Ruben; FONSECA, Francisco; BLIKSTEIN, Izidoro, STORINO, Fabio; SANO, Hironobu; BUENO, Luciano. Armas de fogo no Brasil: uma investigação sobre seus valores e significados. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 12, p. 15-30, 2007.
- KELLER, Katarina R. I. Investment in primary, secondary, and higher education and the effects on economic growth. *Contemporary Economic Policy*, v. 24, n. 1, p. 18-34, 2006.
- LINS, Rodrigo; FIGUEIREDO FILHO, Dalso; SILVA, Lucas. A redução da maioria penal diminui a violência? Evidências de um estudo comparado. *Opinião Pública*, v. 22, n. 1, p. 118-139, 2006.
- LOREA, Roberta Arriada. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 488-496, 2006.
- MACHADO, Fernando Monteiro. Desestatização e privatização no Brasil. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 2, n. 1, p. 99-119, 2015.
- MANCIBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 845-866, 2004.
- MARANHÃO, Ricardo. O petróleo é nosso. *Revista de Geopolítica*, v. 8, n. 2, p. 18-31, 2017.
- MATTES, Robert; MOZAFFAR, Shaeen. *Education, legislators and legislatures in Africa*. Wynberg: Centre for Higher Education Transformation, 2011. 16 p.
- MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 509-521, 2006.
- NUNES, Aline Vieira de Lima; CAMINO, Leoncio. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 135-143, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo César; CARVALHO Patrícia de. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. *Paidéia*, v. 17, n. 37, p. 219-230, 2007.
- PALASSI, Márcia Prezotti; MARTINS, Geruza Ferreira; PAULA, Ana Paula Paes de. Consciência política e participação cidadã dos estudantes de administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 22, n. 3, p. 435-461, 2016.
- PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração Empresarial*, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2012.
- RIBEIRO, Cássio Garcia; NOVAES, Henrique. Da "Lei do Petróleo" ao Leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, p. 34-58, 2014.
- RICOLDI, Arlene Martinez; ARTES, Amélia. *Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino*. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene (org.). Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?. Belo Horizonte: ABEP, 2016. p. 81-93.

- RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.
- ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. Ação afirmativa na pós-graduação brasileira. *Educação & Tecnologia*, v. 20, n. 1, p. 61-76, 2015.
- SACRAMENTO, Igor; FERREIRA Vinícius. As identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidades e in/tolerâncias. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 13, n. 3, p. 444-449, 2019.
- SALES, Isa Teixeira; SILVA, Juliana Melo; BRANDÃO, Ana Maria Martins; NASCIMENTO, Liliane Silva; BRANDÃO, Gustavo Antonio Martins. Percepções de estudantes de graduação em Odontologia sobre o Sistema de Saúde Brasileiro. *Revista da ABENO*, v. 16, n. 2, p. 69-76, 2016.
- SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. The crisis of Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 173-195, 2001.
- SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. A psicologia política da crise do movimento sindical brasileiro nos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. In: DA SILVA, Alessandro Soares, CORREIA, Felipe (org.). *No Interstício das disciplinas: a psicologia política*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 175-218.
- SILVA, Susane Pinheiro Costa; MENANDRO, Maria Cristina Smith. As representações sociais da saúde e de seus cuidados para homens e mulheres idosos. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 626-640, 2014.
- SOUSA, Gabriela Chiareli. *Movimento estudantil da Unicamp: uma análise da participação coletiva e da consciência política*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) [UNICAMP], 2011. 61p.
- SOUSA, Heloísa; BARDAGI, Marúcia Patta; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. *Avaliação Psicológica*, v. 12, n. 2, p. 253-261, 2013.
- VIDIGAL, Robert Lee Borges. Medindo assuntos socialmente sensíveis: o uso do experimento de lista e políticas de ação afirmativa. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 250-264, 2015.
- VIEIRA, Thereza Carolina Gonçalves; PIMENTA, Maria Alzira de Almeida. Mediação e formação cidadã na universidade. *Revista Triângulo*, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2012.

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0